

## [ CLIMA ]

# Brasil é o país mais vulnerável

Em razão do peso da agricultura e da mineração no PIB, o Brasil foi considerado o país com maior vulnerabilidade econômica às variações do clima em um estudo realizado pela WeatherBill, empresa americana de gerenciamento de riscos climáticos. Tailândia e Equador se seguiram ao Brasil em um ranking de 68 países.

"A agricultura pode sofrer se há pouca chuva ou temperaturas altas ou baixas demais. A mineração fica suscetível se há muita chuva. Além disso, o tempo no Brasil pode variar drasticamente. A volatilidade das condições do tempo, aliada a quanto da economia é movida por indústrias altamente suscetíveis, tornam a economia brasileira como um todo altamente suscetível ao tempo", disse David Friedberg, presidente da WeatherBill.

Países mais pobres, como o Paquistão, último colocado, apresentam riscos menores devido ao tamanho de suas economias, segundo a WeatherBill. Nações desenvolvidas, por outro lado, costumam ter economias mais diversificadas, o que as tornaria mais resilientes. A Noruega tem a mais alta vulnerabilidade entre os desenvolvidos, aparecendo em quarto lugar.

Para Friedberg, a expectativa de eventos climáticos extremos devido ao aquecimento global, como secas no Nordeste e na Amazônia, pode desencorajar futuros investidores: "Com as condições pouco usuais de tempo tornando-se mais frequentes – o que deixa a produção mais difícil de prever –, há mais risco para quem investe em determinadas indústrias no Brasil". – **por Carolina**

**Derivi**

## [ ENTREVISTA ]

# 20 anos da Constituinte

O ambientalista e ex-deputado federal Fabio Feldmann afirma que este é o momento para fazer uma revisão na Carta Magna do País

**O senhor foi responsável pelo capítulo de meio ambiente da Constituição Federal, considerado um dos textos mais avançados nesse tema no mundo. Qual a distância entre o texto e a prática, 20 anos depois?** *O Brasil não conseguiu criar instituições fortes que permitam a implementação da legislação ambiental brasileira de modo geral. A Constituição foi promulgada em 1988 e o Ibama, criado em 1989, meses depois. E o ano passado teve o (Instituto) Chico Mendes, com a cisão do Ibama. Ou seja, passados 20 anos, o Brasil ainda não resolveu um problema, que é o de ter instituições fortes nessa área. Outra questão não resolvida é a federativa. Existe um déficit de articulação entre União, estados e municípios, o que gera conflitos e prejudica o avanço de políticas de sustentabilidade. O governo simplesmente delegou a gestão das florestas para os estados, sabendo que estes não têm capacidade de gestão, o que é irresponsável. A principal responsabilidade da gestão ambiental deve ser da União e cabe a ela, que tem recursos, capacitar os estados e os municípios, e operar uma boa política ambiental. Isso é um problema constitucional.*

**Que alterações sobre o texto original o senhor defende?** *O texto de meio ambiente tem um dispositivo que gerou, inclusive, a discussão sobre as células-tronco, ou seja, foi antecipatório. Mas sou a favor de uma Miniconstituinte para rever questões que ficaram ultrapassadas, como o financiamento das atividades ambientais, a questão tributária e o sistema de representação política, que têm muito reflexo na área ambiental. A política de relações internacionais valoriza exageradamente o Itamaraty, quando deveria prever dispositivos de participação na definição das políticas internas. E mudaria coisas que não foram possíveis na época, por exemplo, o Cerrado e a Caatinga não foram considerados Patrimônio Nacional. Tentamos colocar em 1987, 1988, mas a sociedade brasileira não valorizava esses biomas. Não só na área de meio ambiente, o Brasil precisa de coragem para rever uma coisa feita antes da queda do Muro de Berlim, em um mundo onde não nem havia o aparato tecnológico da internet. Este é o momento para fazer uma revisão.*

**Hoje seria mais fácil ou difícil aprovar o texto da Constituinte?** *Seria praticamente impossível. Teria muito mais resistência, tanto que os avanços legislativos no Brasil ocorreram naquele período. De lá pra cá teve pouco avanço, como a Lei da Mata Atlântica. Todos os biomas deveriam ter uma legislação regulamentando o texto constitucional no que tange o Patrimônio Nacional, e o único que tem é a Mata Atlântica.*

**Por que hoje seria praticamente impossível?** *Porque os conflitos estão mais claros para a sociedade, as forças estão mais organizadas. A bancada amazônica está mais presente que naquela época, a ruralista está associada ao agrribusiness. Temos muitas dificuldades, mas quero insistir: seria o momento de refletir sobre os avanços obtidos e aprimorar o texto, pois nos últimos anos tivemos a Rio-92, a Agenda 21, as convenções todas. É todo um outro cenário. (AS)*